

Brasil precisa pedir mais US\$ 10 bilhões

ARNOLFO CARVALHO

Da Editoria de Economia

Os economistas do Subcomitê de Economia, enviados pelos bancos credores, terminam hoje os levantamentos que vêm realizando desde segunda-feira junto ao Banco Central, com pelo menos uma definição: o Brasil terá que pedir aos banqueiros novos empréstimos que totalizam US\$ 10 bilhões, para conseguir renegociar sua dívida externa sem interromper os pagamentos de juros referentes a este ano e ao próximo. Os economistas Douglas Smee, do Banco de Montreal; S. Chapman, do Lloyds Bank; e Bryce Ferguson, do Citibank, retornam hoje aos Estados Unidos.

As conversações entre o grupo vinculado ao Comitê de Assessoramento da dívida externa, e os técnicos do governo brasileiro, vêm sendo conduzidas através do chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Alberto Furquem que passou mais um dia envolvido com o fornecimento de estatísticas sobre o balanço de pagamentos, a política monetária e as perspectivas de inflação e do déficit público para o próximo ano. A reunião entre o presidente do BC, Carlos Langoni, e o coordenador do Subcomitê, Douglas Smee, acabou não ocorrendo, limitando-se aos entendimentos ao nível técnico.

RELATÓRIO

O Subcomitê fará agora um novo relatório sobre a situação brasileira, que será encaminhado na próxima semana a William Rhodes, presidente do Comitê de Assessoramento que reúne os quatorze principais credores do Brasil. Este relatório, de acordo com um técnico ligado ao Citibank, deve ser apresentado aos banqueiros em reunião do Comitê de Assessoramento a ser realizada nos próximos dias em Nova Iorque. Até lá, os bancos credores esperam contar com o "sinal verde" do diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques de Larosiere, com quem o ministro Delfim Netto, do Planejamento, está tentando se entrevistar na Europa.

Além dos novos empréstimos pretendidos pelo governo brasileiro, os banqueiros examinarão também a proposta feita há algumas semanas por Carlos Langoni, para que sejam antecipadas as liberações das parcelas número dois e três, do empréstimo-jumbo, de US\$ 4,4 bilhões assinado com o Brasil em fevereiro. As parcelas trimestrais, no valor de US\$ 635 milhões cada, têm sua liberação vinculada à efetivação dos créditos do FMI ao Brasil: por isso, os bancos não liberaram a parcela de maio, seguindo o mesmo comportamento do FMI, e devem bloquear automaticamente também a parcela referente a agosto, caso não seja aceito o pedido de antecipação.

De acordo com técnicos brasileiros, a renegociação de parte da dívida brasileira referente às amortizações vencidas ou a vencer este ano e no próximo, como pretende o ministro da Fazenda, Ermâne Galvães, também entrou nas conversações com os economistas enviados pelos credores. Este ponto, envolvendo recursos estimados em US\$ 8 bilhões, é considerado de fácil aceita-

ção por parte dos credores, que já fizeram uma rolagem semelhante através do Projeto II, transformando US\$ 4 bilhões devidos este ano em novos empréstimos com oito anos de prazo para pagamento. Somente com os bancos privados, a dívida a ser amortizada em 1984 atinge cerca de US\$ 5,1 bilhões.

EXIGÊNCIA

A não-inclusão dos juros no pacote da renegociação da dívida vem sendo vista como uma exigência dos bancos credores, que não aceitam deixar de receber a remuneração por suas aplicações. Mesmo assim, os economistas do Subcomitê receberam do Banco Central dados que demonstram a impossibilidade de se continuar honrando os compromissos com juros sem a obtenção urgente de novos recursos. Somente este ano o país deverá pagar entre US\$ 10 e US\$ 11 bilhões de juros ao exterior, o que representa quase o dobro do superávit esperado até dezembro na balança comercial. Além disso, foram informados que os atrasos ao exterior já incluem até mesmo pagamentos de juros, que não puderam ser efetuados nos últimos sessenta dias por falta de dólares em caixa.

Para facilitar a normalização destes pagamentos de juros, os bancos credores deverão concordar ainda este mês - ou no mais tardar em setembro, dependendo apenas do resultado que Delfim Netto obtiver junto ao FMI - em antecipar a liberação das parcelas do empréstimo-jumbo, mesmo sem contarem com a aprovação formal da nova Carta de Intenções do Brasil àquele organismo internacional. No Banco Central tem-se como certa também a aceitação da proposta brasileira relativa ao novo jumbo, estimado em US\$ 4 bilhões, que seria concedido até novembro ou dezembro. A maior resistência por parte dos bancos credores é quanto ao jumbo de US\$ 6 bilhões, pretendido para o próximo ano, que os economistas do Subcomitê consideram como um ponto que ainda depende da avaliação das exportações e importações brasileiras em 1984.

A renegociação parcial da dívida externa - incluindo apenas o principal, e deixando inalterados os pagamentos de juros - já foi aceita pelos bancos do Comitê de Assessoramento, de acordo com uma fonte da área financeira do governo, mas ainda falta resolver alguns entraves: o primeiro é o "ok" do FMI, que precisa ser dado imediatamente e não apenas em setembro ou outubro, quando o board daquele organismo apreciar a Carta de Intenções com as novas metas do "programa de ajuste econômico"; segundo, os credores querem que o Brasil consiga imediatamente o reescalonamento de sua dívida para com os países industrializados, reunidos no Clube de Paris; e, terceiro, querem ter a certeza de que as pressões políticas internas não levarão o governo a optar pela "renegociação global", que incluiria também os juros ao exterior. Este último é o ponto mais importante, no momento, que Delfim Netto tentará esclarecer nestes dias que passarão longe das pressões do presidente em exercício, Aureliano Chaves, do empresariado descontente e dos políticos.